

Other versions/Otras versiones

English



Español



O **OMNIDEF ANALYSIS** é uma publicação mensal composta de análises* acerca de temas constantes nas edições do mês anterior do **OMNIDEF** e considerados de maior relevância no contexto da Defesa Nacional.

Vídeos Relacionados



What Are the Geopolitical Implications of the COVID-19 Pandemic?

Para acessar o vídeo
[CLIQUE AQUI](#)

Forças Armadas no combate à Covid-19

Para acessar o vídeo
[CLIQUE AQUI](#)



*As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra (ESG), do Centro de Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A ESG não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de links ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

Destaques do Mês

GEOPOLÍTICA E SETORES ESTRATÉGICOS

▪ Pós-Covid-19: consequências geopolíticas

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

▪ O Estado brasileiro, suas Forças Armadas e a Pandemia do Covid-19

Corpo Editorial

Editor: Ricardo A. Fayal

Editor Auxiliares: Marcos do Vale Araujo

Barbara Varella de Lacerda

Conselho Editorial: Antonio dos Santos;

Ricardo Alfredo de Assis Fayal;

Ricardo Rodrigues Freire

Auxiliares de Pesquisa: Marcos do Vale Araujo – Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ

Luzia Maria Pereira Rocha – Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ

Auxiliares de Tradução: Gabriela Paulucci da Hora Viana

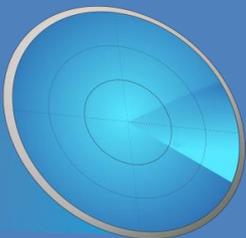
Juliana de Souza Clos

Pesquisadores da Edição

Antonio dos Santos – Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Ricardo Alfredo de Assis Fayal – Doutorando em Estudos Estratégicos pelo INEST-UFF





POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

ANÁLISE 1

Pós-Covid-19: consequências geopolíticas

Autor: Antônio dos Santos

Co-autor: Marcos do Vale Araujo

A geopolítica é a lente pela qual o poder estatal é comparado e analisado, torna-se natural que a jovem ciência seja consultada, em um momento tão crítico para humanidade, visando prospectar o futuro. Ao avaliar o poder dos países são utilizados conceitos como: Estado, espaço, política e poder, assim são considerados fundamentos como: antecedentes histórico-geográficos e interesses estratégicos buscando antever uma visão futura do cenário internacional. Com base geopolítica, são desenvolvidos os planejamentos de segurança do país e as relações interestatais, objetivando investigar o comportamento futuro de outros estados e a aplicação do poder nacional.

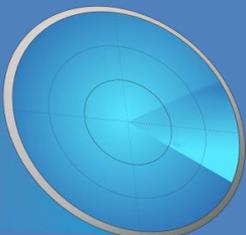
A pandemia do COVID-19 não é um evento inédito, pois já ocorreram outras crises sanitárias globais, inclusive também originárias na China, mas de proporções e características diversas. A pandemia estava sinalizada em cenários prospectivos, foi motivo de séries televisivas, e consta da estratégia de defesa de alguns países como Brasil e Rússia. A transmissibilidade e mutabilidade do vírus, aliada à falta de informações na fase inicial do processo, permitiu que uma epidemia se transformasse em uma pandemia de proporções catastróficas. Alguns países não têm um sistema de saúde universal, e outros, apesar de possuírem esse modelo de sistema, não estavam estruturados para uma demanda de leitos na proporção exigida, agravando a crise.

A estabilidade do sistema internacional como estruturado nos tempos atuais sofreu fissuras que não serão reparadas sem danos ao ordenamento de poder que o sustenta. Um pilar fundamental da ordem liberal, o comércio internacional, foi altamente afetado por impedir o funcionamento das cadeias produtivas globais organizadas de acordo com o valor dos produtos, e com o poder econômico dos trustes que os lideram. Amplia-se o risco do protecionismo crescer e as nações se fecharem dentro de suas fronteiras, configurando um quadro de contração da economia mundial, e ensejando papel relevante aos estados nacionais.

A disputa pelo recebimento de produtos necessários ao combate da pandemia revelou fragilidades da segurança nacional de vários países, agravando as tensões diplomáticas e indicando mudanças futuras no quadro geopolítico. Desse modo, há um risco acentuado de retorno ao paradigma hobbesiano no qual a sobrevivência volta a ser o mote agregador e fator de distinção nas prioridades individuais e coletivas.

[Continua]





Sob o risco de uma anomia generalizada, os países olham naturalmente para dentro de suas fronteiras para cumprirem o contrato social e evitem a ruptura institucional e o caos interno. Cabe dizer, portanto, que muitos países deverão contemplar esse evento como ameaça à segurança nacional e assim inseri-los na agenda de Defesa. Nesse sentido, pela forma em que vários políticos de diferentes países se manifestaram no combate ao vírus, é possível entender a crise do COVID-19 enquanto uma temática efetivamente securitizada.

Número total de casos confirmados de COVID-19 no mundo



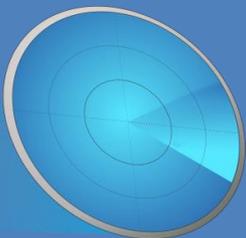
Fonte: Universidade Johns Hopkins

O medo decorrente da pandemia alterará comportamentos individuais, sociais e de consumo, que permanecerão junto à humanidade até que esse temor seja dissipado num horizonte de tempo que nenhum de nós se arrisca a prever/prospectar. As opiniões de especialistas apontam para a possibilidade de outras ondas da pandemia, em razão da provável mutação do vírus ou de falhas no combate epidemiológico. Ademais, as perspectivas para os continentes asiático e africano são sombrias, por força de insuficiências dos sistemas de saúde e da conjugação com deficiências econômicas crônicas e outras doenças. Assim visualiza-se um quadro de prolongada paralisia das cadeias produtivas globais, afetando a produção e distribuição de commodities importantes como o petróleo.

Como a presente crise continuará afetando as pessoas por um tempo indeterminado, isso irá provocar reflexões profundas em cidadãos comuns e nos decisores, afetando os valores e a ética. Novas prioridades serão apresentadas e o contrato social será alterado em razão da conjugação dessas vertentes. Os Estados modificarão protocolos tentando solucionar a crise. Os arranjos internos estatais impulsionarão reordenamentos de interesses estratégicos e gerará condicionantes na ordem internacional pós-crise. Em suma, o mundo não será o mesmo.

[Continua]





Essas mudanças vão afetar a ordem econômica internacional, o consumo individual, e o papel dos estados nacionais, que se visualizava como mínimo e que hoje se mostra incapaz de prover os requisitos de segurança sanitária e a sobrevivência dos cidadãos. Uma possível consequência será o desalinhamento de políticas globais e maior relevância do Estado nacional, com prejuízos para a cooperação e processos de integração. Decorrerá dessa crise também um choque entre a necessidade de medidas intervencionistas dos Estados e a lógica neoliberal que ordena o mercado internacional.

Políticas desenvolvimentistas direcionadas para obras de infraestrutura, por empregar grandes efetivos da massa trabalhadora do segmento da construção civil, tornaram-se uma das soluções aventadas. Estas iniciativas permitiriam o controle dos gastos pela materialização do objeto e seria uma ponte desejável para oferecer melhores condições para a retomada do desenvolvimento, como no caso do Brasil.

A infraestrutura nacional brasileira, em especial a de transportes, pode em bases mais favoráveis ver reduzidos seus gargalos, que limitam o crescimento econômico em razão do chamado custo Brasil, com efeitos sociais e econômicos relevantes. Medidas assim já foram aplicadas em outras crises e trazem a vantagem de facilitar o controle do investimento público, estimular várias cadeias produtivas e atender a mão-de-obra com reduzida qualificação. Podemos observar que a solução apreciada delineia uma iniciativa estatal, e se destina ao mercado interno delimitado pelo espaço geográfico nacional de um país conformado por suas fronteiras.

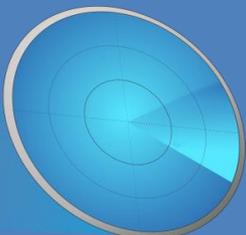
A defasagem temporal do pico da pandemia na China, Europa e EUA sinaliza uma provável retomada da economia chinesa mais célere que as demais. Isso pode alterar a conjugação de forças entre as duas principais potências do planeta, o que pode exigir do Brasil uma política externa de caráter pendular sutil e inteligente com os dois principais parceiros econômicos.

O Brasil, estando afastado dos principais eixos de poder, inserido em menor grau nas cadeias produtivas globais, possuindo uma economia considerada fechada e tendo potencial mercado interno, tem possibilidades de retomar o crescimento econômico de forma menos traumática. Devendo-se considerar, nessa solução, a pacificação do imbróglio político-institucional atual.

Podemos concluir como consequências geopolíticas a nível internacional os seguintes aspectos: maior relevância do Estado nacional em detrimento de organizações supranacionais, preponderância de políticas econômicas de caráter intervencionista estatal (Keynesiana) se contrapondo a lógica liberal que permeia o mercado internacional, reativação das bases industriais nacionais com implementação de políticas voltadas para os mercados internos e tentativas de obter maior autonomia e independência pelos estados no sistema internacional.

[Continua]





A conclusão mais relevante é de que será na porta dos Estados Nacionais que as populações, empresas, organizações supranacionais e outros entes acorrerão para se socorrer na presente pandemia. Isso delimita de forma pragmática o papel relevante do Estado Nacional na solução de crises no cenário internacional, caracterizado por um alto grau de imprevisibilidade.

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Folha de São Paulo – 02/04/2020

Apesar de erros, China terá ganho geopolítico com crise de coronavírus, diz professor.

Embora a China tenha negligenciado o surgimento do coronavírus e até perseguido cientistas que soaram o alarme para a gravidade da doença, o país asiático deve sair fortalecido da atual crise. O motivo, aponta o professor Robert Ross, 65, é o fato de ter lidado relativamente bem com a pandemia assim que passou a levá-la a sério, em contraste com a indecisão do presidente dos EUA, Donald Trump. “A China quer ser o ‘país que resolve’ do século 21, ao qual os outros podem recorrer. A crise ajuda a promover essa imagem”, afirma Ross, pesquisador do Fairbank Center for Chinese Studies, da Universidade Harvard, e professor de ciência política do Boston College.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

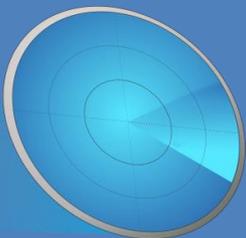
The National Interest – 06/04/2020

Could the Coronavirus Destabilize Russia?

Last September, I wrote about the regional elections in Russia: I had concluded that the “results show the brittleness of the current system” and that the “continued failure to move the basis of the Russian political system beyond the person of Vladimir Putin.” Thus, “there remains no mechanism for selecting a successor to Putin and for ensuring that the current system can perpetuate itself through the mid-twenty-first century.” Earlier this year, Putin had pushed through a series of constitutional amendments designed to give him options and choices in how to shape Russia’s post-2024 political destiny. However, the governing assumption appears to have been that Putin would have a relatively free hand over the next three years to mold and shape Russia's future.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

ANÁLISE 2

O Estado brasileiro, suas Forças Armadas e a Pandemia do Covid-19

Autor: Ricardo Alfredo de Assis Fayal

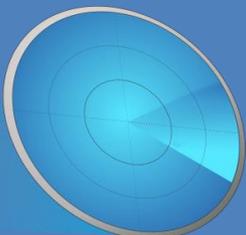
Co-autora: Luzia Maria Pereira Rocha

Com o fito de analisar o emprego das Forças Armadas em ambiente interno, deve-se remontar à origem do Estado. Segundo a vertente contratualista, notadamente exposta nos pensamentos de Thomas Hobbes, a origem do Estado se dá pela consolidação do contrato social. Para Hobbes, a sociedade seria formada a partir da submissão das vontades de todos os homens a um só, sendo assim caracterizada por ser detentora de uma única vontade (do soberano). Nessa sociedade, todos os cidadãos devem total obediência ao soberano e, em troca, recebem garantia de paz. O “estado hobbesiano”, na qualidade de grande zelador da paz, da vida e dos interesses dos seus súditos, simbolizado pela criatura mítica do Leviatã, possuiria a força de canalizar as vontades e ações da sociedade, segundo a decisão da maioria ou de seus delegados, além de dotar o Estado de mecanismos de defesa de seu espaço geográfico.

Na atual conjuntura brasileira, envolta em aspirações de desenvolvimento, mas carregando consigo uma extensa “bagagem de desacertos passados”, uma solução segura e de fácil controle toma corpo com a utilização das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Este instrumento, legalizado pela Constituição de 1988 e regulado e operacionalizado por Leis Complementares e Decretos, tem surtido um efeito favorável na percepção de Segurança da sociedade. Segurança esta observada segundo uma ótica abrangente, que capta vários matizes como a Segurança Pública, a Segurança Ambiental e a Segurança Sanitária, dentre outras formas. Entretanto, voltando às vistas para Hobbes, as Forças Armadas constituem-se simbolicamente na “Espada do Leviatã”. Esta ferramenta é a última “Ratio Regis” de um Estado, a ser empregada quando todos os outros meios nacionais se mostrarem incapazes de combater uma ameaça, sendo ela externa ou interna. Vale ressaltar que a missão precípua das Forças Armadas é a defesa da Pátria, assegurando assim a integridade do território Nacional.

[Continua]





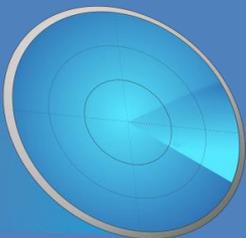
Desde o final de 2019, uma ameaça à saúde global ganhou vulto. Trata-se do “coronavírus” ou COVID-19. Para o Brasil, este vírus só foi notado em fevereiro do presente ano e evoluiu rapidamente, em termos de contaminação da população. Para que haja uma resposta rápida e efetiva a esta pandemia, além dos hercúleos esforços da área de saúde, no âmbito militar, o Ministério da Defesa tendo em vista a Portaria nº 1.232/GM-MD, de 18 de março de 2020, ativou um Centro de Operações Conjuntas contra novo coronavírus, envolvendo os três comandos militares - Marinha, Exército e Força Aérea, no intuito de fornecer ajuda logística e operacional ao Governo Federal durante o período de combate à pandemia. Este auxílio logístico já tomou forma com a ampliação da produção de álcool em gel e de cloroquina. Vale ressaltar que a utilização das Forças Armadas segue os preceitos das Op GLO, baseado no que prevê o art. 16 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 97, de 09 de julho de 1999.



A utilização das Forças Armadas no “combate” ao COVID-19 não é prerrogativa brasileira. Como exemplo, a Alemanha mobilizou 15.000 militares no enfrentamento da crise. Já a Polônia ativou milhares de soldados para patrulhar ruas sob bloqueio, desinfetar hospitais e apoiar o controle de fronteiras.

[Continua]





Entretanto, observando globalmente o evento coronavírus, em seu atual patamar e depois de finda esta ameaça, e lembrando os conceitos de Thomas Hobbes, ainda que o momento e a percepção da sociedade indiquem o caráter urgente de enfrentamento do Covid-19, o Estado não se pode olvidar do preparo da tropa para seu emprego em missões de defesa da Pátria. Apesar da comoção mundial em torno do coronavírus, operações militares de grande envergadura, mesmo que em menor número, ainda pululam no espectro global. Como exemplo podem ser citadas operações militares russas perto das fronteiras da OTAN, envolvendo um efetivo de 82.000 soldados, assim como a subsequente resposta da OTAN.

No entorno estratégico brasileiro, a situação não é diferente, conjugado com as preocupações acerca da pandemia, atores estatais continuam a operar. Forças norte-americanas, tais como navios de guerra e aviões foram alocados próximos à Venezuela, tendo em vista reforçar suas “peças” no jogo geopolítico na região envolvendo, além do próprio Estado venezuelano, EUA e Rússia.

Para efeito de conclusão, é inegável a importância do emprego das Forças Armadas brasileiras para a mitigação dos efeitos nocivos da pandemia do Covid-19. Entretanto, apesar do atual momento vivido, mas tendo em vista a quantidade de operações de GLO realizadas na última década, deve-se atentar para o fato de que o emprego da “máxima força” do Estado deve ser, como prescreve a Carta Magna, de caráter episódico e emergencial. Este ponto é facilmente corroborado por intermédio de uma conta matemática e lógica bem simples: como o número de horas de preparação militar em 01 ano de instrução, grosso modo, não muda substancialmente, quanto mais tempo as Forças Armadas forem envolvidas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, menos será o tempo de preparo para as operações convencionais vocacionadas para a Defesa da Pátria. E, como foi demonstrado, os Estados e seus interesses ainda prevalecem e não estão estáticos neste Sistema Internacional anárquico.

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Infodefensa – 23/04/2020

Crisis del Covid-19 en Brasil: repercusiones em los programas Del Ejército

La crisis económica causada por el nuevo coronavirus revela un escenario caótico para las compañías del sector de Defensa de Brasil em el futuro inmediato después de la pandemia. Infodefensa.com publica un reportaje especial, dividido en entregas, para describir el panorama actual de la industria. En esta primera parte, se detalla em qué situación se encuentran los diferentes programas armamentísticos Del Ejército de Brasil.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

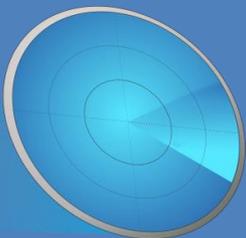
Defesanet – 27/04/2020

A estrutura de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear do Exército no apoio à sociedade brasileira no combate à COVID-19

Nos últimos 20 anos, as frações de defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN) do Exército Brasileiro (EB) foram, constantemente, empregadas em variados eventos de repercussão nacional e internacional. Essas ações proporcionaram o aperfeiçoamento e a modernização da estrutura, atualização da doutrina, melhora da articulação das frações e aquisição de equipamentos de destacada eficiência que colocaram o Brasil como uma das referências na área.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





Escola Superior de Guerra (ESG)

Fortaleza de São João - Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22291-090

Tel.: (21) 3545 9889 / Fax (21) 3545 9971

cee@esg.br

As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra, do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A Escola Superior de Guerra não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de *links* ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

O autor cedeu à Escola Superior de Guerra – ao Centro de Estudos Estratégicos – os direitos de reprodução do material e quaisquer transcrições para o meio impresso e/ou digital a partir do material original, para edição, reprodução e publicação impressa e/ou em mídias digitais em língua portuguesa, ou em outros idiomas, por tempo indeterminado. Fica assegurado, portanto, o direito de dispor deste material para divulgá-lo em outros canais oficiais do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos.

